

NAÇÃO E NACIONALISMO: Uma revisão bibliográfica¹

Marina Carvalho Lopes

Resumo

O nacionalismo remete-se diretamente a uma ideia de nação, que apesar de muito presente no vocabulário corrente, é difícil de ser definida cientificamente. Afinal, o que é uma nação? Como se criam as identidades nacionais? Apesar da falta de definição, o sentimento compartilhado é real, fazendo com que atualmente todos os Estados se considerem oficialmente uma nação. O presente trabalho é uma revisão bibliográfica que surge com a finalidade de analisar a evolução dos estudos sobre nação e nacionalismo conforme as obras de alguns autores, selecionados cuidadosamente devido à sua relevância ao tema bem como as novidades trazidas quando relacionados a autores precedentes. A pesquisa contrapõe teorias de alguns autores como Lord Acton, Ernest Gellner, Eric Hobsbawn, Benedict Anderson e Kojin Karatani a fim de traçar similaridades e divergências, confirmando a amplitude e evolução do debate.

Palavras-chave: Evolução; Identidade nacional; Nação; Nacionalismo; Revisão bibliográfica.

Abstract

Nationalism refers directly to an idea of a nation, which, although present in today's vocabulary, is difficult to define scientifically. After all, what is a nation? How are national identities created? Despite the lack of definition, shared sentiment is real, making all States now officially consider themselves as a nation. The present work is a bibliographical review that arises with the purpose of analyzing the evolution of the studies on nation and nationalism according to the works of some authors, carefully selected due to its relevance to the theme as well as the innovations brought when related to previous authors. The research contrasts theories of some authors such as Lord Acton, Ernest Gellner, Eric Hobsbawn, Benedict Anderson and Kojin Karatani in order to draw similarities and divergences, confirming the breadth and evolution of the debate.

Key Words: Evolution; National identity; Nation; Nationalism; Literature review.

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Wolfgang Lenk.

INTRODUÇÃO

Após a Primeira Guerra Mundial, impérios se fragmentavam em vários Estados-nações e o mapa europeu se redefinia a partir do princípio da nacionalidade. O nacionalismo remete-se diretamente a uma ideia de nação, que apesar de muito presente no vocabulário corrente, é difícil de ser definida cientificamente.

Apesar da falta de definição, o sentimento compartilhado é real, fazendo com que atualmente todos os Estados se considerem oficialmente uma nação. A globalização possibilitou um encurtamento da distância entre os povos e a mobilidade facilitada e o intenso fluxo de informações diminuem ou em alguns casos quase que acabam com as fronteiras imaginárias das nações.

Afinal, o que é uma nação? Como se criam as identidades nacionais? Mesmo que complexo, o fenômeno existiu e vai continuar existindo, o que torna o estudo sobre o tema pertinente e atual.

O objetivo do presente trabalho não é procurar exaustivamente uma definição científica e objetiva para os termos, mas sim analisar a evolução dos estudos sobre nação e nacionalismo conforme as obras de alguns autores. Sendo assim, este artigo levará em conta a análise das obras de Lord Acton, Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Kojin Karatani.

1. NACIONALISMO SEGUNDO A BIBLIOGRAFIA

Para a maioria dos autores aqui estudados, o sentimento nacional foi difundido na Europa a partir do movimento revolucionário francês e das guerras napoleônicas no final do século XVIII. O evento levou as ideias iluministas francesas Europa adentro instigando a ascensão do sentimento nacional a partir das invasões – seja por boa aceitação das ideias francesas, seja por resposta aos ataques.

Com as ocupações, é introduzido um sistema de administração originário da França, possibilitado pelo rebaixamento ou deposição do soberano do país dominado. Houve, entretanto, resistência popular à mudança, considerado um movimento nacional por se dirigir contra instituições estrangeiras. Tal resistência não foi instigada pelo governo, partindo da própria população.

A Revolução Francesa eclode nas comunidades um sentimento de poder individual, onde as pessoas passam a ver seus desejos como o “supremo critério do direito”. Os anseios advindos de adversidades sociais eram naturais e agressivos. De tal espontaneidade, que não precisavam de nenhum superior para unir um movimento. São populares por natureza.

O assunto tem uma rápida ascensão entre os teóricos no século XIX, trazendo à tona a

relevância do estudo da teoria da nacionalidade. Lord Acton, aristocrata britânico falecido em 1902, membro daquele Parlamento em meados do século, é o primeiro autor analisado neste trabalho que escreve sobre o tema.

O autor, grande defensor dos ideais liberais, vê o nacionalismo como incompatível com o liberalismo. Ele descreve, a partir disso, duas teorias, duas doutrinas a partir das quais o Estado pode enfrentar a “questão nacional”: a teoria da unidade e a teoria da liberdade, que têm como aversão comum o Estado absolutista.

A teoria da unidade era, como seu nome diz, unificadora. Ela é fundamentada em um Estado que segue uma vontade coletiva, possibilitada pela união populacional. Eram absorvidos, portanto, os desejos populares em uma unidade fictícia, onde o todo era condensado em um. Lord Acton repugnava tal teoria por acreditar que desconsiderava as inclinações naturais que ali existiam. Ele considerava isso uma privação de liberdade, a ponto que “toda vez que um único objetivo definido é transformado no fim supremo do Estado, [...] (o Estado) se torna temporariamente absoluto.” (ACTON, 2008, p. 35)

A teoria da liberdade, diferentemente, trata a nacionalidade como elemento essencial, mas não formador de Estados. Tal teoria argumenta a coexistência de diversas nações sob um mesmo Estado, onde as nacionalidades ficariam sob os cuidados de uma civilização superior. Nesse sentido, defende uma dominação que respeitasse as nacionalidades, caminhando para uma harmonia entre as populações de um mesmo Estado, e não a unificação delas – doutrina que prevê um enfrentamento mais flexível da “questão nacional”, e, portanto, mais adequado ao imperialismo daquele tempo.

Segundo ele, a coexistência de nações em um mesmo Estado traz como resultado dois benefícios principais: a diversidade e a evolução societária. A diversidade era considerada como uma das maiores garantias das liberdades individuais de cada população ali presente, de maneira em que “a liberdade provoca a diversidade, e a diversidade preserva a liberdade”. (ACTON, 2008, p. 36)

Outro benefício ressaltado pelo autor seria a elevação de raças inferiores através do convívio com raças intelectualmente superiores, da mesma forma em que nações esgotadas são revigoradas através do contato com nações viris. Tal contato garante uma constante evolução societária, de maneira a inferir que sociedades onde fronteiras políticas e nacionais coincidem estão fadadas à estagnação.

Entretanto, Acton enfatiza a importância de tomar cuidado com os extremos. Apesar de um defensor do liberalismo, o autor defende que quando extremadas, as liberdades poderiam se traduzir em revoluções que dissolveriam o Estado e a sociedade. Por outro lado, o

absolutismo dinástico - regra no antigo sistema europeu - suprime o princípio de liberdade. Nesse sistema o sentimento nacional assim como seus direitos eram negados às comunidades - a administração e as fronteiras eram regidas pelas famílias reinantes, que não levavam em consideração os desejos populares.

O autor usa a Polônia como exemplo de união por nacionalismo. Na contramão de outras monarquias europeias, que obtinham sua legitimidade ‘automaticamente’, através de casamentos reais e hereditariedade, a Polônia se sobressaía, causando desconforto a outros grandes Estados. O país, diferentemente dos outros, concedia a coroa ao monarca não pelo seu sangue, mas por desejo nacional. O descontentamento da comunidade europeia, porém, demoliu o Estado polonês e o dividiu entre seus inimigos, “em franco desacato não apenas ao sentimento popular como também à lei pública” (ACTON, 2008, p.27)

O gesto provocou a teoria da nacionalidade na Europa, traduzindo-se em uma nação que exigia politicamente ser unificada em um único Estado, soberano, separado da Prússia, da Rússia e do Império Austro-Húngaro. O autor toma esse episódio como um despertar ao obsoleto e arcaico sistema, que passa a olhar com outros olhos o arranjo dos Estados e a partir daí começa a ser visto como não-natural. O autor ainda complementa que “o antigo sistema europeu estava em ruínas e um novo mundo despontava em seu lugar” (ACTON, 2008, p. 27).

Acton vê o Estado como formador da nacionalidade, e não o contrário, indo na contramão de outros atores que serão tratados do decorrer deste trabalho. Critica a teoria da nacionalidade, apesar de a ver como o fim da Monarquia absolutista e da revolução, pontos positivos. A ideia de Lord Acton contra o nacionalismo a favor das liberdades é válida, porém o autor peca em não elucidar como funcionaria um Estado onde nações coexistem sob um poder soberano não absolutista.

Ao longo do século XX, a “questão nacional” foi abordada de formas variadas, mas ainda considerando a “nação” como fenômeno concreto, base do Estado-nacional. Seria no fim da década de 1970 que o tema seria transformado por autores como Benedict Anderson, Ernest Gellner e Eric Hobsbawm.

Ao contrário de Acton, que considerava positiva a coexistência de nações em um mesmo Estado, Ernest Gellner aponta que o princípio do nacionalismo exige que a unidade política e a unidade cultural sejam congruentes. Em ‘*Nationalism*’, o autor define que, idealmente, uma nação deve englobar dentro de uma unidade política todos os membros de dada cultura. Da mesma forma, por dedução, todos de uma mesma cultura devem estar dentro da mesma unidade política.

Com isso dito, o autor supõe um modelo de duas sociedades distintas: a sociedade agro

letrada e a sociedade industrial avançada. A sociedade agro letrada tinha como base a produção e armazenagem de alimentos, e contava com uma tecnologia estável – o que limita o aumento de produção. Este fato é um agravante pois a sociedade possuía uma condição malthusiana. Ou seja, com o aumento desenfreado da população e uma impossibilidade de aumentar a produção alimentar no mesmo ritmo, eventualmente a comida não seria suficiente para todos. (GELLNER, 2008)

Tal situação explica o porquê da supervalorização de uma posição privilegiada dentro da sociedade: o acesso aos armazéns era realizado conforme a posição social. Portanto, os trabalhadores concentram seus esforços não em aumentar sua produtividade, mas em alcançar camadas mais altas da sociedade – o aumento de produtividade não resolvia a situação do trabalhador, já que em tempos de crescimento malthusiano, a fome atingiria as camadas sociais mais baixas primeiro.

Gellner (2008) conclui que sociedades agrárias são desiguais em valores. Essas sociedades geralmente instigam a diferenciação cultural, cultivando uma manutenção hierárquica tanto internalizada, onde cada grupo sabe sua posição, quanto externalizada, de forma em que a sociedade em geral sabe a função social, política e econômica de cada classe.

Essa diferenciação se traduz como uma sociedade estamental, onde a sociedade determina aos indivíduos algo que seja o seu *devido lugar*. Dessa maneira, quanto mais evidente sua posição na sociedade, mais definido para o homem e para o restante da comunidade seus deveres e direitos. O papel da cultura neste tipo de sociedade é, portanto, legitimar o status hierárquico da ordem social vigente.

Pode-se dizer que na sociedade agrária, *a cultura mais separa que unifica*. “A especificidade cultural ajuda a alocar as pessoas em seus nichos sociais e geográficos” e, portanto, não há incentivos reais para que os governantes imponham uma homogeneidade à comunidade. O interesse do governo, pelo contrário, é manter o todo heterogêneo, de forma a dificultar alianças e lealdades extensas, possivelmente perigosas. Mantendo as diferenças culturais intra-território, torna-se mais remota a possibilidade de revolta contra o governo central e as políticas implementadas por ele: corveia, impostos, dízimos. (GELLNER, 2008, p.113)

Outra característica forte que impede a homogeneidade em sociedades agrárias é a língua. Há divergência entre comunidades camponesas em termos do idioma. Essas, como em sua maioria iletradas, costumam possuir dialetos distintos entre si, e o isolacionismo espacial destas gera divergência e diferenças culturais e linguísticas.

O autor também afirma que ainda que com uma cultura comum compartilhada, isto

raramente constituiria uma base plausível para a formação de unidades políticas. Nesse tipo de sociedade, a *nação* é uma unidade de característica política, normalmente não convergente ao nível cultural. Dessa forma, as unidades políticas tendem a não traduzir exatamente o tamanho de uma unidade cultural, sendo vezes maior, vezes menor. Unidades tribais, por exemplo, normalmente compartilham sua cultura com várias outras regiões, e os impérios tendem a englobar diversas culturas diferentes.

A sociedade agrária, pode-se concluir, não era nacionalista. A estrutura desse tipo de sociedade gera diversas descontinuidades: na fala, vestimenta e comportamento e hierarquias, que não só não permitem serem equiparadas, como a consideram uma “violação do protocolo e da estrutura da sociedade”. (GELLNER, 2008, pág. 113).

Com a não-existência de nacionalismo na sociedade agrária, também não há nação. Gellner entende que só é possível falar em “nação” a partir da revolução industrial. Desta forma, o autor discorre então sobre outro tipo de sociedade: a sociedade industrial avançada. Tal sociedade possui como base econômica a consciente e incessante busca por inovação, visando o crescimento exponencial dos recursos produtivos e da produção, diferentemente da sociedade agrícola. Consequentemente, o crescimento econômico é o primeiro princípio de legitimação desse tipo de sociedade.

Nesta etapa, a sociedade deixa de ser malthusiana, já que o crescimento econômico supera o crescimento demográfico. O próprio crescimento populacional, que dispara, já não é mais tão problemático quanto era na sociedade agrária: a força de trabalho e militar perde a importância que tinha com o avanço da tecnologia. O trabalho na sociedade agrária era braçal. Era a aplicação de uma força manual na terra. Na sociedade industrial o trabalho manual é subordinado, manejado e manipulado por máquinas. O indivíduo é designado, muitas vezes, apenas para conduzi-las.

O avanço tecnológico traz enormes impactos na cultura. Além de se traduzir em forma de maquinário produtivo, atinge também os meios de comunicação. A troca rápida de mensagens entre interlocutores anônimos exige a compreensão fora de qualquer tipo de contextualização e entonação, eliminados pelo próprio método de comunicação. Nesse sentido, tanto a compreensão linguística universal quanto o manejo de novas tecnologias produtivas exigem educação. Sendo assim, um indivíduo passa a ter valor apenas quando educado.

Diferentemente da sociedade agrária, que valorizava a prole como força de trabalho bruta, quanto mais melhor, a sociedade industrial valoriza a qualidade dessa força de trabalho, e não a quantidade. A educação, antes gozo de uma pequena parcela da comunidade, agora era pré-requisito à contratação, participação e aceitação social.

Com a imprescindibilidade da educação, e considerando seus altos custos, ela acaba por tornar-se obrigação do Estado, também por ser assim mais fácil controlar sua qualidade. O sistema educacional passa a ser, então, padronizado e o maior difusor de uma cultura homogênea à toda sociedade.

A homogeneização ocorre a partir de uma cultura considerada dominante e superior, possibilitada principalmente a partir de, e devido ao letramento e educação da comunidade. As identidades nacionais são fruto das tecnologias de comunicação, que asseguravam a difusão rápida e homogênea de informação. O nacionalismo é considerado, portanto, um fenômeno moderno, formador da nação e não resultado desta. Nas palavras de Balakrishnan (2008), interpretando Gellner (1997), uma nação seria:

“(...) uma sociedade móvel, atomizada e igualitária, com uma cultura padronizada que seja letrada e “superior”, e cuja manutenção, disseminação e fronteiras sejam protegidas por um Estado. Dito de maneira ainda mais sucinta: uma cultura, um Estado; um Estado, uma cultura” (BALAKRISHNAN, 2008, p. 119)

No trecho acima, observa-se uma clara oposição da definição de nação em comparação a Lord Acton. Enquanto Gellner vê uma nação como unidade congruente onde uma só cultura faz emergir uma nação a partir de um sentimento nacional compartilhado, Acton vê a nação como fruto do Estado, considerando-o formador da nacionalidade. Os autores basicamente defendem *nascimentos* opostos para uma nação.

Analisando o modelo teórico de Gellner, podemos concluir que, como dito anteriormente, o nacionalismo é para ele fato moderno, existente somente em sociedades já industrializadas e possibilitado pelo desenvolvimento da linguagem comum. Desta forma, uma comunidade se torna culturalmente padronizada, reivindicando para si uma unidade política que abrace sua cultura: *uma cultura, um Estado*. Pelos mesmos motivos é possível afirmar que um estado agrário não é nacional: pela coexistência de *diferentes culturas e costumes* e pela *impossibilidade de os homogeneizar*.

No mesmo contexto de escrita da obra de Gellner, veja-se a discussão sobre nacionalismo em Eric Hobsbawm. Sob o título “Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade”, o autor disserta sobre a possibilidade objetiva de caracterização de uma nação, alertando que os critérios utilizados costumam ser claros: língua, etnia, território comum, cultura, etc. Ele defende, porém, que esses critérios são ambíguos, mutáveis e opacos e servem nada mais que para fins propagandísticos e pragmáticos. (HOBBSAWM, 2011, p. 15)

Como solução à problemática da definição anterior, o autor aponta outra definição, dessa vez subjetiva. Uma nação seria, dessa forma, um corpo de pessoas suficientemente grande

onde seus membros se consideram parte de uma nação. Sendo assim, o necessário para se criar uma nação é simplesmente a vontade compartilhada de alguns indivíduos de sê-la. (HOBSBAWM, 2011, p. 18-19, grifo do autor) mesma ideia que Benedict Anderson

Hobsbawm foca o debate sobre a questão nacional a partir de 1880. Propõe três mudanças principais em relação ao nacionalismo da era liberal. São elas o abandono do ponto crítico, que defendia que uma nação teria que possuir um tamanho suficientemente grande a fim de formar uma unidade viável de desenvolvimento, a partir deste momento qualquer grupo de pessoas que se considerassem nação poderiam se autodeterminar como tal, significando o direito a um estado independente soberano separado para seu território. O critério etnolinguístico passa a ser requisito central a existência potencial de uma nação. E finalmente, acontece uma mudança no direito político à nação e à bandeira. (HOBSBAWM, 2011, p. 116)

Os movimentos nacionais do período começam a destacar o elemento linguístico e/ou étnico, como evidenciado pelo autor no trecho a seguir:

“Na segunda metade do século XIX o nacionalismo étnico recebeu reforços enormes; em termos práticos através da crescente e maciça migração geográfica; na teoria, pela transformação da “raça” em conceito central das ciências sociais do século XIX.” (HOBSBAWM, 2011, p. 123)

O apogeu do nacionalismo se dá, segundo Hobsbawm, no fim da Primeira Guerra Mundial. O autor explica o triunfo do princípio de nacionalidade a partir do “colapso de grandes impérios multinacionais da Europa central e oriental e a Revolução Russa”. Os episódios redefiniram o mapa europeu, transformando o continente em um território com Estados definidos. (HOBSBAWM, 2011, p. 149)

O Tratado de Versalhes, assinado ao final da Primeira Guerra Mundial, traz um padrão de Estados-nação wilsoniano, que exige uma coincidência entre as fronteiras territoriais do Estado com as da nacionalidade e língua. O modelo não funcionaria, segundo Hobsbawm, considerando que os Estados que se reerguem das ruínas dos antigos impérios eram inevitavelmente multinacionais.

A única forma de se obter um Estado aos moldes wilsonianos, portanto, seria a expulsão maciça de populações minoritárias ou ainda a exterminação das mesmas – o que torna o ideal perigosíssimo em termos humanos. A nação territorial homogênea passa a ser vista como possível somente por bárbaros, ou ainda por meios bárbaros. (HOBSBAWM, 2011, p. 152).

Hobsbawm conclui que houve um visível avanço do *princípio de nacionalidade* ao observar que hoje todos os Estados são nações, pelo menos oficialmente. Já colocado

anteriormente, o autor reafirma Gellner ao tomar como verdade a necessidade de congruência entre unidade política e nacional para que haja nacionalismo. Concorde também com a contemporaneidade do objeto e de sua origem: assim como Gellner, acredita que a nação desponta a partir do nacionalismo, e não o contrário, de forma em que as nações são pensadas a partir de um sentimento nacional em comum.

Apesar de concordar com Gellner no argumento de que as nações são construídas do alto, difere dele ao afirmar que estas só podem ser compreendidas se analisadas de baixo para cima. Esse é um ponto muito importante colocado por Hobsbawm, por colocar a nação pensada não por governantes, mas por pessoas comuns.

Finalmente, Eric Hobsbawm chega à conclusão de que tanto a *definição objetiva* quanto a *definição subjetiva* de nação seriam insuficientes para que um grupo de pessoas a auto determine. A explicação objetiva, que utiliza critérios simples de caracterização, apesar de conseguirem defini-la a priori, não condizem com a variedade de nações no mundo real. Já a explicação subjetiva, onde para ser uma nação basta considerar-se tal, é muito vaga, impossibilitando uma definição plena. Ele próprio conclui então, que nenhuma das duas definições são satisfatórias.

Na evolução dos estudos do nacionalismo, e ainda na falta de definições palpáveis, considero um pensamento contemporâneo que me agrada. Benedict Anderson dedica a maior parte de seu trabalho ao estudo da origem do nacionalismo, o interligando a seus estudos prévios sobre a relação entre poder e linguagem. A principal obra que elucida o tema é 'Imagined Communities'. Nela, Anderson, (1983, p.32) define nação como "[...] uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana".

Nesse sentido, a nação seria imaginada por considerar que seria humanamente impossível conhecer individualmente todos de uma comunidade. Uma nação é, portanto, *imaginada*, assim como sua identidade nacional. As características em comum que conectam ou diferenciam comunidades foram um dia inventadas. A problemática fica então em como essa identidade nacional é difundida para que o Estado se identifique como Estado-nação.

Ela é limitada pois mesmo a maior delas possui fronteiras finitas. Anderson rejeita a ideia que uma só nação abrangeria toda a humanidade, já que para ele, não é possível compartilhar um mesmo sentimento nacional com todos os seres humanos do planeta. Uma nação é, desta forma, um critério de distinção entre múltiplos grupos.

Para Anderson, uma comunidade é também soberana, pois o nascimento do conceito eclode do declínio dos sistemas tradicionais, fundamentados em uma ordem divina. Com o avanço das ideias Iluministas e da Revolução, a lealdade à imagem de um soberano é substituída

pela lealdade à pátria. Um sentimento de pertencimento à nação passa a existir baseado em uma identificação étnica, racial e cultural. Desta forma, proclama-se a ‘independência’, a liberdade frente às antigas estruturas de dominação.

Finalmente, para o autor, o que a faz ser imaginada como uma *comunidade* é a horizontalidade de sua estrutura. Não ignorando as desigualdades e explorações que possam existir, e existam, dentro deste projeto, ele continuará englobando a todos os membros de forma irmã.

Partindo desta primeira abordagem de nacionalismo do autor, pode-se afirmar que as comunidades pré-modernas eram sagradas. Os antigos Estados monárquicos se expandiam por guerra e através de acordos em casas dinásticas, por casamentos. Casamentos dinásticos eram acordados, a fim de manter populações diferentes e unidades territoriais sob um mesmo domínio. As misturas, as miscigenações, que hoje causam inúmeros problemas de identidade nacional, significavam naquela época, inclusive, um maior prestígio às linhagens reais. Não se pode dizer, porém, que essas uniões dinásticas já possuíam o sentimento nacional, a fim de se tornarem nações, pois a população não possuía um sentimento comum, estavam ‘unidos’ apenas por alianças políticas.

Os laços que uniam diferentes etnias e regiões, nas comunidades pré-modernas, eram top-down, ou seja, de cima pra baixo, onde a realeza legitimava automaticamente o poder sob certa região/população. Não eram as vontades e as semelhanças dos cidadãos que uniam a população em torno de um centro, e sim uma figura divina, real. Os cidadãos, inclusive, não eram vistos como tal, e sim como súditos.

Existiam, portanto, comunidades religiosas e reinos dinásticos antes das comunidades imaginadas, teorizadas por Anderson. Entretanto, apesar das primeiras antecederem as segundas, o autor afirma ser errôneo pensar que uma surge automaticamente da outra, substituindo-as.

O nacionalismo moderno emerge, então, a partir da união dos cidadãos em torno de um sentimento compartilhado. Com isso, as sociedades não são mais imaginadas em torno de uma imagem central, legitimada por um poder divino, e sim em torno de uma consciência nacional.

Anderson pode tornar-se um pouco confuso neste ponto: como pode o nacionalismo moderno surgir a partir de um sentimento compartilhado, sendo que, para o autor, a comunidade é imaginada justamente por impossibilitar o encontro real de todos seus membros?

O que liga pessoas que não se conhecem e muito provavelmente não sabem da existência das outras, segundo o autor, é basicamente a coexistência em uma mesma hora e espaço. Dessa forma é criada uma consciência de compartilhamento temporal na medida em que tudo coexiste.

Uma pessoa pertencente a uma determinada comunidade, muito provavelmente não conhecerá a grande maioria de seus outros membros – não saberá o que seus compatriotas estão fazendo. Nem por isso deixará de ter consciência de que há uma atividade constante, anônima e simultânea entre eles.

Entretanto, a coexistência por si só não daria o sentimento de pertencimento comum aos dois seres anônimos. Como, então, pessoas que não se conhecem passam a possuir um sentimento nacional partilhado? Através de um vínculo imaginário de acontecimentos, difundido através da mídia impressa.

A coincidência cronológica de eventos une, mesmo que virtualmente, pessoas que estão distantes. Os indivíduos, portanto, tem a noção de que dentro de determinado espaço de tempo – de uma data estampada no jornal, por exemplo - o mundo caminha inevitavelmente para a frente. A notícia confirma a existência do local e espaço e o consciente faz o papel de imaginar que a vida, independente de divulgada constantemente ou não, continua naquele lugar. Assim sendo, sabe-se da inexorável coexistência de um outro que não eu-mesmo, em um mesmo espaço de tempo e região, mesmo que não se possa senti-lo, ouvi-lo ou vê-lo: por isso *imaginado*.

Nessa lógica, Anderson (1983) coloca a importância da linguagem comum para o nacionalismo, permitindo a consciência da existência de outros povos e linguagens e elucidando a existência de semelhantes. A língua escrita, nesse cenário, em forma de literatura e jornais, ganha função especial: a difusão de costumes, ideias e história a ser compartilhada por um povo. O nacionalismo é, assim como a ideia de nação, construído e a linguagem escrita dá o suporte necessário para propagar essa *identidade compartilhada*. Sendo assim, a linguagem em comum, tanto escrita quanto falada, torna-se um fator importantíssimo na identidade nacional.

Arelado a língua, as origens da consciência nacional também pairam sob a relação entre o mercado e a escrita. O jornal foi a primeira mercadoria industrial com produção em série ao estilo moderno. O desenvolvimento da imprensa como mercadoria, muda, portanto, como a sociedade é pensada como unidade. O fator capitalismo, para Anderson, acaba por ser o principal dos fatores que *popularizaram* a nação. Isso ocorre devido a ampliação do mercado de livros.

Em 1500 a impressão de livros já tinha alcançado um número bastante significativo, tornando-se uma das primeiras formas de empreendedorismo capitalista. O setor editorial visa uma expansão cada vez maior de seu mercado buscando lucro e maior venda de produtos. O mercado inicial consistia na Europa ocidental letrada em latim. Como as pessoas letradas em latim o eram como segundo idioma, e a proporção de bilíngues naquela época era muito

reduzida, este mercado saturou-se em cerca de 150 anos.

Seguindo a lógica capitalista, com a saturação de um mercado, deve-se buscar outros, o que foi feito pelos livreiros da época. Como a maior parte da população era monoglota, foi nessa massa que os empresários observaram um mercado em potencial e encontraram um meio para expandir suas vendas: comercializar volumes em vernáculo. Para tanto, era preciso *escolher* uma língua para lançar as edições regionais. Sendo que “a escolha da língua aparece como fruto de um desenvolvimento gradual, inconsciente e pragmático, para não dizer aleatório” (ANDERSON, 1983, p. 77). Nessa mesma lógica este autor afirma que:

“[...] nada serviu melhor para *montar* vernáculos aparentados do que o capitalismo, o qual, dentro dos limites impostos pela gramática e pela sintaxe, criava línguas impressas, reproduzidas mecanicamente, capazes de se disseminar através do mercado.” (ANDERSON, 1983, p. 79)

Até então, era oficializada uma língua para fins administrativos, como decorrência da formação do Estado moderno e a circulação da burocracia pelo território. A *posse* de uma língua oficial não significava necessariamente uma linguagem comum compartilhada com os indivíduos considerados de um mesmo território. Não havia, na época, a ideia de impor a língua às várias populações sob o domínio dinástico. Preocupava-se com a disseminação da língua escrita, de maneira a não ser considerado alarmante a existência de diferentes línguas faladas dentro do território.

Vale lembrar que a ascensão dos vernáculos à condição de línguas oficiais, ainda que com fins capitalistas ou administrativos, constitui uma afronta ao latim. O declínio do mesmo se agravou, porém, não só com a ascensão de outras linguagens, mas também, e principalmente, pelo declínio da dominação da religião no espaço político.

A relação entre o capitalismo como modo de produção, a imprensa como tecnologia da informação, e a diversidade de línguas torna possível imaginar uma nova comunidade, segundo Anderson. Em função desse movimento de padronização, promovido pelo Estado e pelo capitalismo mercantil, houve uma redução do número de vernáculos.

Ainda ressaltando a importância da linguagem para o conceito de nação, Anderson enumera três formas em que o capitalismo tipográfico lança bases para a consciência nacional.

Primeiramente, ele cria uma *linguagem comum* entre os falantes de diferentes variantes de uma *língua mãe*, que não se entendiam oralmente e passaram a se entender e a tomar consciência de seus semelhantes através do campo linguístico particular ao qual todos pertenciam. E mais do que isso, passaram a perceber que somente um grupo específico pertencia a tal campo. Dessa forma, “(...)esses companheiros de leitura impressa, constituíram, na sua

invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada. ” – Trata-se, principalmente, do corpo de burocratas do Estado em formação (ANDERSON, 1983, pág. 80)

Em segundo lugar, o capitalismo tipográfico traz uma *fixidez* à língua. Ou seja, torna a língua imutável, já que o material impresso guarda uma forma constante, capaz de reprodução praticamente infinita no tempo e no espaço, e tem uma característica atemporal, por não estar sujeito a hábitos individualizantes. A partir do século XVII, as línguas na Europa já haviam assumido suas formas modernas, possibilitando então informações mais homogêneas desde então, com uma diminuição de interferência do efeito ‘telefone sem fio’, onde as informações são passadas oralmente e passam por um processo de interpretação e entendimento heterogêneos causando ruídos de informação.

Finalmente, ele cria línguas oficiais diferentes dos vernáculos administrativos anteriores. Alguns dialetos estavam mais próximos da língua impressa e acabaram dominando suas formas finais.

Outra grande contribuição da obra de Benedict Anderson é colocar o nacionalismo como contribuição original da América, e não como reprodução de um processo originalmente europeu. Assim, o autor rompe com teorias euro-centristas que colocam o nacionalismo enquanto resultado da transformação histórica europeia.

Conforme a descoberta de novas terras além-mar, os europeus começaram o hábito de nomear cidades da América, África, Ásia e Oceania com novas versões de velhos topônimos em suas terras de origem. Nova Iorque, Nova Orleans [...]. O novo e o velho eram entendidos sincronicamente, coexistindo dentro do tempo vazio e homogêneo, de forma que a relação de subordinação era mantida dos novos aos antigos.

As colônias do Novo Mundo eram entendidas como comunidades coesas, prósperas, conscientemente crioulas e subordinadas a um grande centro metropolitano, que tornava possível e real a comparação às comunidades europeias e o paralelismo entre as comunidades. Estes Estados eram então considerados por Anderson como Estados-crioulos, comunidades formadas por pessoas que compartilhavam idioma e cultura com a metrópole, mas que possuíam conexão com a terra em que estavam por nascimento. Essas comunidades, ineditamente, não queriam inverter a situação de subordinação. O objetivo não era, portanto, manter o mesmo arranjo político de dominação imperial apenas substituindo o velho.

Os revolucionários crioulos visavam salvaguardar o paralelismo entre o novo e o velho mundo. Eles lutavam por sua independência a partir da noção de nacionalidade desenvolvida com o tempo. As guerras de emancipação, porém, eram peculiares pois, apesar de violentas, os

crioulos não temiam seu extermínio, já que eram brancos, cristãos e falavam a língua da metrópole. Sabiam da sua elementaridade ante as metrópoles por serem os intermediários das riquezas econômicas consumidas pelos europeus.

Considerando a independência das treze colônias Norte Americanas em 1776, pode-se inferir, então, que o nacionalismo surge primeiro no novo mundo, antes de florescer na Europa. O seu paralelo no velho mundo viria uma década mais tarde, com a erupção da revolução francesa, em 1789.

Os movimentos nacionalistas terem brotado no velho mundo civilizado num período tão obviamente posterior a sua eclosão no novo mundo bárbaro exigia algum tipo de explicação por parte dos teóricos. A *solução* encontrada foi considerar o nacionalismo europeu como um movimento de *despertar nacional*, impulsionado pela língua. Existe, portanto, um elo figurativo crucial entre a língua e os novos nacionalismos europeus.

Os principais estados da Europa oitocentista eram enormes entidades políticas políglotas, cujas fronteiras quase nunca coincidiam com as comunidades linguísticas. Nesse cenário, como elucidado em parágrafos anteriores, os vernáculos tomam para si uma característica política, separando as comunidades nacionais submetidas aos antigos reinos dinásticos. Dessa forma a redescoberta seria então justificada pela língua, enraizada historicamente, cuja origem é sempre incerta e nunca pode ser fornecida em termos de datas específicas.

Kojin Karatani é o autor mais contemporâneo que abordarei neste artigo. Ele afirma que a ascensão da nação pode ser pensada por dois ângulos diferentes: o do Estado soberano e o do capitalismo industrial.

Sob o ângulo do Estado soberano, Karatani teoriza que a soberania do estado se encontra na nação, sendo a nação o ‘povo nacional’. A nação como soberana, porém, não existe simplesmente desde o início. Ela foi formada sob o monarca absoluto agora derrotado, que uniu o povo, previamente fragmentado em status e outros agrupamentos, colocando-os todos em uma única posição unificada como os súditos do monarca. Sem essa unificação possibilitada pela monarquia absoluta, a nação como soberana nunca poderia emergir. (KARATANI, 2014, p. 210).

Segundo Karatani, (2014), a existência de uma única nação unificada no lugar do que antes englobava múltiplas tribos, provoca algumas particularidades. Os monarcas absolutistas rejeitavam a autoridade da Igreja, assim como qualquer autoridade imperial que estivesse acima do Estado, de maneira a colocar a lei nacional acima à lei do império. Ademais, com a ascensão da tradução do latim para os vernáculos de cada nação, a linguagem escrita de cada nação toma

forma, fazendo com que a monarquia absolutista adotasse a prática comum de escrever na língua nacional. Nesse sentido, visando garantir seu próprio status absoluto, os monarcas absolutistas pavimentaram o caminho para a existência da nação.

Karatani considera a existência de um poder centralizador como sendo um pré-requisito para a *emergência de uma nação*. Foca seus estudos de processo de formação da nação principalmente a partir da monarquia absolutista na Europa Ocidental, já que a nação, para ele, aparece pela primeira vez ali. Não desconsidera, porém, a existência do mesmo processo em outras regiões e a partir de outros poderes centralizadores.

Quando não existia um monarca absoluto, como em muitos países não europeus, o autor coloca que este era compensado por um ditador, que no final das contas traria o mesmo resultado: a unificação populacional. Da mesma forma que a derrubada de um monarca absolutista, a derrubada desses ditadores também levava a emergência do povo como soberano.

Da mesma forma, em áreas colonizadas, onde não houveram monarquias absolutistas, os conflitos e disparidades intertribais são superados através de movimentos que se levantam em resistência ao Estado dominante. Nestes casos, Karatani esclarece que o processo de formação da nação difere entre países onde um estado já existia e aqueles que nunca tiveram um Estado. (2014, p. 211)

Onde já existia Estado, este juntamente com sua civilização torna-se a base para a resistência nacionalista aos governantes ocidentais. Em lugares que nunca tiveram Estado, fica a cargo do aparato estatal colonial estabelecer uma linguagem e um Estado nacional. Ainda segundo este autor, uma identidade anteriormente não existente como nação é formada em ambos os casos. Nesse sentido, o Estado colonial assume o papel desempenhado em outros lugares pelo Estado absolutista, e a nação é estabelecida através da luta para derrubar o Estado.

Num imaginário generalizado, as comunidades tribais são responsáveis por prover a base para as nações. O autor argumenta, porém que essas comunidades não podem servir como base para a identidade nacional já que uma comunidade tribal envolve incessantes disputas e conflitos com outras tribos. Na Europa, a unidade só foi alcançada a partir da supressão das tribos por parte dos monarcas. As nações não se formavam em regiões onde faltava esse tipo de poder centralizado. Lá, as afiliações religiosas que transcendiam as nações individuais retinham seu domínio, obstruindo a unificação das nações. (KARATANI, 2014, p. 211)

Outro meio de se pensar a ascensão da nação é por meio do capitalismo industrial, e aqui Karatani se aproxima de Gellner, ao também estudar as origens do nacionalismo na sociedade industrial. Como já descrito anteriormente, Ernest Gellner mostra o surgimento do nacionalismo conjuntamente com a formação da força de trabalho sob o capital industrial.

Karatani defende esse ponto de vista ao considerar que a sociedade moderna proporciona uma formação completa, e mais importante, compartilhada: alfabetização, aritmética, hábitos básicos de trabalho e competências sociais. O capitalismo industrial traz uma divisão laboral e invenção contínua de novas tecnologias, que traz com ela novos tipos de trabalho. Dessa forma, as habilidades humanas exigidas não eram mais fixas e especializadas, como nos sistemas de aprendizagem artesanal, mas sim conhecimentos básicos capazes de adaptarem-se a realidade dos novos trabalhos que iam surgindo com a nova sociedade. (KARATANI, 2014, p. 212)

As rápidas mudanças trazidas por essa industrialização, segundo Karatani, precisam ser acompanhadas pelo proletariado industrial, que é cobrado a se adaptar com as novas funções que vão surgindo e a se relacionar bem com estranhos para que o trabalho flua. O autor afirma também que para que se trabalhe bem com desconhecidos é imprescindível uma língua e cultura compartilhadas.

Como clarificado nos parágrafos anteriores, pode-se, então, assumir que a nação foi criada pelo Estado ou capital, apesar de não ser somente o produto passivo do capital-estado. A nação não pode ser plenamente explicada apenas através dos processos de unificação estatal ou de força de trabalho produtiva. Nesse sentido, argumenta que a nação está enraizada na dimensão do que poderíamos chamar sentimento. (KARATANI, 2014, p. 212)

Karatani afirma emergir uma nação quando, a partir da derrubada do soberano absoluto por uma revolução burguesa, os indivíduos adquirem liberdade e igualdade. Além da liberdade individual e da igualdade, o autor afirma necessário no processo de formação nacional um sentimento de solidariedade que, segundo ele, une os indivíduos. (KARATANI, 2014, p. 213)

Explicar a nação através do sentimento pode parecer superficial e bastante subjetivo. Alguns podem achar mais apropriado explicar a nação em termos de suas bases reais, ou objetivamente, como coloca Hobsbawm. Uma nação a partir de uma comunidade étnica, linguística ou econômica, por exemplo. Entretanto, Karatani defende que estes critérios de caracterização podem dificultar a formação de uma nação. (KARATANI, 2014, p. 213)

O sentimento necessário para se definir uma nação pode ser traduzido então em reciprocidade. O autor aqui faz um paralelo com o sistema de trocas. Ele discursa sobre o surgimento do sentimento de obrigação que surge de uma troca recíproca, num modo diferente de uma economia de mercadorias. Nesse sentido, dizer que a nação se manifesta como sentimento é dizer que está enraizada em um modo de troca diferente daqueles que servem de base para o estado ou capital. (KARATANI, 2014, p. 213)

Historicamente falando, o surgimento do sentimento da nação ocorreu simultaneamente

com uma elevação no status da imaginação. Com isso dito, a nação para Karatani assim como para Benedict Anderson é uma comunidade imaginada. Na nação, as disparidades reais produzidas pela economia capitalista e a falta de liberdade e igualdade são compensadas e resolvidas de forma imaginada.

Com o status da imaginação compondo a nação, Karatani completa então o que ele chama de *Borromean rings*. O autor defende que o que chamamos de Estado-nação deveria ser entendido como Capital-Estado-Nação, já que a economia capitalista (sensibilidade) e o Estado (compreensão) são mantidas unidos pela nação (imaginação). São esses os elos do *Borromean rings* de Karatani, onde Estado, Capital e Nação se sustentam, de forma a gerar um desmoronamento do todo se algum dos três anéis for removido.

Karatani coloca a nação oriunda da Europa Ocidental pois foi também ali onde o Estado soberano surge. Porém, como sabemos, os Estados soberanos assim como os Estados-nações não se limitam à Europa Ocidental. O autor reúne esforços então para explicar como essa proliferação acontece.

No caso dos Estados soberanos as potências europeias aplicavam a teoria do princípio do Estado soberano, que legitimava a dominação de regiões não ocidentais. Nesse sentido, Estados que não possuíssem Estados soberanos reconhecidos poderiam ser governados por outros. Consequentemente, os países que desejassem escapar dessa regra externa tinham que declarar-se Estados soberanos e ganhar reconhecimento como tal das potências ocidentais.

Além disso, como as potências ocidentais eram incapazes de interferir diretamente com os impérios mundiais que já existiam, elas denunciavam a forma imperial de governança e ofereciam libertação e soberania em forma de autogoverno popular aos vários povos governados por esses impérios. Os impérios do velho mundo, então, colapsaram sendo divididos em vários estados étnicos que seguiram cada um o caminho para a independência como um Estado soberano.

Em síntese, segundo Karatani, a existência de um Estado soberano conduz inevitavelmente à criação de outros Estados soberanos. Mesmo que suas origens fossem particulares às condições europeias, o estado soberano inevitavelmente levou ao nascimento de estados soberanos em todo o mundo. (KARATANI, 2014, p. 168)

Assim como o aparecimento de um estado soberano imediatamente deu origem ao aparecimento de outros, o Estado-nação também proliferou para produzir Estados-nação em outras regiões. A primeira demonstração disso pode ser observada com as conquistas Napoleônicas da Europa.

Napoleão pretendia unir a Europa sob a bandeira francesa e transmitir os ideais da

Revolução Francesa, mas o que se observa é a abertura do caminho para o nascimento de estados-nação em áreas ocupadas pela França. Constata-se, com o insucesso da dominação napoleônica, de que a conquista por uma nação levava ao despertar total da consciência nacional do povo conquistado e à consequente rebelião contra o conquistador ou à tirania. (KARATANI, 2014, p. 225)

Assim como no caso dos Estados soberanos, a dominação por parte de Estados-nações a outros povos também estende o ideal nacional a essas regiões. Karatani, porém, faz uma ressalva: quando um Estado-nação chega a governar outro Estado ou povo, não temos império, mas sim imperialismo. O autor coloca que o Estado-nação diferia dos impérios pois carecia do princípio básico necessário para governar sobre vários povos ou estados étnicos. (KARATANI, 2014, p. 225)

Os impérios foram dissolvidos através de diversos estados da Europa Ocidental, que intervinham afirmando estar concedendo independência às várias nações do império como estados soberanos. O que estavam fazendo, na realidade, era torna-los independentes de seus impérios somente para que se tornassem economicamente dependentes de seus ‘libertadores’. Com isso, é deixado para trás o império e fazendo surgir o imperialismo, significando a dominação de uma nação por outro estado-nação na ausência do princípio governante do império.

Pode-se considerar, então, que o imperialismo como expansão dos Estados-nação resultou na proliferação de Estados-nação em muitas regiões. Segundo Kojin Karatani, isto ocorre principalmente devido ao modo de trocas compreendido no imperialismo, que conduz a uma transformação fundamental na formação social, à medida que a economia de mercado capitalista desmantela as tribos tribais existentes e comunidades agrárias. Isso, por sua vez, cria a base para a nação como uma comunidade imaginada. Como resultado, a regra do imperialismo dá origem ao nacionalismo. Desta forma, o imperialismo, isto é, o governo de um Estado-nação sobre outros povos, acaba criando novos Estados-nação sem nunca pretender. (KARATANI, 2014, p. 226)

Pode-se concluir, a partir dos excertos de Karatani, que um Estado nacional nunca é criado a partir do zero, do nada. Uma nação sempre nasce de alguma sociedade já pré-existente e sempre a partir de alguma unidade centralizadora. Uma nação não seria possível, portanto, sem a prévia existência de alguma força centralizadora anterior: seja ela uma monarquia absolutista, uma ditadura ou um Estado colonial como *homogeneizadores*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que foi exposto até aqui, sublinho alguns detalhes passíveis de comparação que se referem a dicotomia nação x nacionalismo em termos de origem. Alguns autores, como pode ser observado no decorrer deste documento, defendem de maneira geral a origem na nação a partir do nacionalismo, onde o sentimento nacional compartilhado em uma comunidade faz com que ela reivindique para si uma nação, é o caso de Hobsbawm, Gellner e Benedict Anderson.

Lord Acton, por sua vez, justifica a ascensão da nação não pelo nacionalismo, mas sim o nacionalismo a partir das nações. Para ele, são forças superiores, em termos de poder, que causam o efeito de nacionalidade nas comunidades. Nesse sentido pode-se incluir também Karatani, defendendo uma nacionalidade construída por cima, através de um poder centralizador, seja ele uma monarquia absolutista, uma ditadura ou um Estado colonizador.

Além da origem do objeto nação, Hobsbawm e Gellner tem em comum também sua contemporaneidade: ambos defendem o *nascimento* desta a partir de um sentimento nacional compartilhado pelos membros de uma comunidade. Dessa forma, concordam também na essencialidade da congruência entre as fronteiras políticas e culturais para que haja nação.

É possível concluir, portanto, que houve sim uma evolução na teoria nacional. É visível a continuação do pensamento entre os autores, que se utilizam dos excertos que os precedem para pensar singularmente, seja para reafirmar algo já dito, seja para contrapor e argumentar com outras ideias. O salto mais interessante é observado com Benedict Anderson, que coloca o nacionalismo como contribuição original da América, e não como reprodução de um processo originalmente europeu, quebrando assim com a teoria euro centrista.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. 3a ed. London: Verso, 2006.

BALAKRISHNAN, Gopal (ed.) **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GELLNER, Ernest. **Nationalism**. London: The Orion, 1997.

_____. **Nations and nationalism**, Blackwell, 152 pg, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Trad. Maria Celia PAOLI e Anna Maria QUIRINO. 4a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. e Terence RANGER. **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KARATANI, Kojin. **The structure of world history: from modes of production to modes of exchange**. Duke University Press, (tradução do autor) 2014.